
SOFRIMENTO PSÍQUICO E RESISTÊNCIA CULTURAL EM TERRITÓRIO QUILOMBOLA APÓS CATÁSTROFE CLIMÁTICA NO RS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA EM PSICOLOGIA E ANTROPOLOGIA

PSYCHOLOGICAL SUFFERING AND CULTURAL RESISTANCE IN QUILOMBOLA TERRITORY AFTER A CLIMATE CATASTROPHE IN RIO GRANDE DO SUL: AN EXPERIENCE REPORT IN PSYCHOLOGY AND ANTHROPOLOGY

SUFRIMIENTO PSICOLÓGICO Y RESISTENCIA CULTURAL EN TERRITORIO QUILOMBOLA TRAS LA CATÁSTROFE CLIMÁTICA EN RIO GRANDE DO SUL: UN RELATO DE EXPERIENCIA EN PSICOLOGÍA Y ANTROPOLOGÍA

Gisele Aparecida da Silva¹

<https://doi.org/10.5935/2358-3541.2024152344-pt>

Resumo

Este trabalho insere-se nos campos da psicologia social e da antropologia a partir de um relato de experiência de uma graduanda em Psicologia, também quilombola, que atuou em sua própria comunidade, impactada pelo desastre climático ocorrido em maio de 2024. A comunidade foi atingida por deslizamentos de terra, ficando isolada por aproximadamente 40 dias, sem acesso à água potável, energia elétrica ou transporte, mesmo contando com a presença de pessoas em situação de vulnerabilidade. O objetivo do trabalho é discutir o sofrimento psíquico vivido pelos moradores diante da ameaça de perda do território e refletir sobre como a atuação do psicólogo, em diálogo com a antropologia, pode contribuir para a preservação da autonomia e identidade cultural de populações afetadas. A metodologia adotada baseia-se em relatos de experiência da autora, observações em campo e revisão bibliográfica. A discussão se apoia em referenciais da psicologia social crítica e da antropologia, destacando que desastres ambientais geram não apenas perdas materiais, mas também rupturas simbólicas profundas. O território quilombola em questão vai além da dimensão física: é um espaço de memória coletiva, práticas religiosas, cultivo de saberes tradicionais, além de propiciar e manter laços familiares estreitos entre as 17 famílias residentes. O trabalho evidencia a urgência de políticas públicas interdisciplinares que reconheçam os impactos subjetivos dos desastres sobre populações quilombolas e garantam medidas que respeitem sua cultura, religiosidade e formas de organização, evitando que os processos de reconstrução territorial apaguem também suas raízes históricas e sociais.

¹ Graduanda em Psicologia (UNISC). E-mail: silvagisele797@gmail.com.

Palavras-Chave: Desastres ambientais. Identidade cultural. Território quilombola.

Abstract

This work falls within the fields of social psychology and anthropology, based on an account of the experience of a psychology undergraduate, also a quilombola (member of a community descended from escaped slaves), who worked in her own community, impacted by the climate disaster that occurred in May 2024. The community was hit by landslides, remaining isolated for approximately 40 days, without access to drinking water, electricity, or transportation, even with the presence of people in vulnerable situations. The objective of this work is to discuss the psychological suffering experienced by the residents in the face of the threat of losing their territory and to reflect on how the psychologist's work, in dialogue with anthropology, can contribute to the preservation of the autonomy and cultural identity of affected populations. The methodology adopted is based on the author's experience reports, field observations, and a literature review. The discussion is supported by frameworks from critical social psychology and anthropology, highlighting that environmental disasters generate not only material losses but also profound symbolic ruptures. The quilombola territory in question goes beyond its physical dimension: it is a space of collective memory, religious practices, cultivation of traditional knowledge, and also fosters and maintains close family ties among the 17 resident families. This work highlights the urgency of interdisciplinary public policies that recognize the subjective impacts of disasters on quilombola populations and guarantee measures that respect their culture, religiosity, and forms of organization, preventing territorial reconstruction processes from also erasing their historical and social roots.

Keywords: Environmental disasters; Cultural identity; Quilombola territory.

Resumen

Este trabajo se inscribe en los campos de la psicología social y la antropología a partir de un relato de experiencia de una estudiante de grado en Psicología, también quilombola, que actuó en su propia comunidad, impactada por el desastre climático ocurrido en mayo de 2024. La comunidad fue afectada por deslizamientos de tierra,

quedando aislada durante aproximadamente 40 días, sin acceso a agua potable, energía eléctrica ni transporte, aun contando con la presencia de personas en situación de vulnerabilidad. El objetivo del trabajo es discutir el sufrimiento psíquico vivido por los habitantes frente a la amenaza de pérdida del territorio y reflexionar sobre cómo la actuación del psicólogo, en diálogo con la antropología, puede contribuir a la preservación de la autonomía y la identidad cultural de las poblaciones afectadas. La metodología adoptada se basa en relatos de experiencia de la autora, observaciones de campo y revisión bibliográfica. La discusión se apoya en referentes de la psicología social crítica y de la antropología, destacando que los desastres ambientales generan no solo pérdidas materiales, sino también profundas rupturas simbólicas. El territorio quilombola en cuestión va más allá de la dimensión física: es un espacio de memoria colectiva, prácticas religiosas y cultivo de saberes tradicionales, además de propiciar y mantener estrechos lazos familiares entre las 17 familias residentes. El trabajo evidencia la urgencia de políticas públicas interdisciplinarias que reconozcan los impactos subjetivos de los desastres sobre las poblaciones quilombolas y garanticen medidas que respeten su cultura, religiosidad y formas de organización, evitando que los procesos de reconstrucción territorial borren también sus raíces históricas y sociales.

Palabras clave: Desastres ambientales. Identidad cultural. Territorio quilombola.

INTRODUÇÃO

Em maio de 2024, o Rio Grande do Sul enfrentou um dos maiores desastres climáticos de sua história, com enchentes e deslizamentos que afetaram intensamente comunidades rurais e quilombolas. Esses eventos evidenciaram não apenas perdas materiais, mas também desigualdades históricas e vulnerabilidades estruturais que atravessam a população negra e tradicional. Para as comunidades quilombolas, o território vai além de um espaço físico: constitui o núcleo da memória coletiva, da espiritualidade e das práticas culturais que sustentam sua identidade e continuidade histórica. Este trabalho surge a partir da experiência de uma graduanda em Psicologia,

remanescente de quilombo, que atuou em sua própria comunidade no interior de Arroio do Meio, Rio Grande do Sul, durante e após o desastre.

A vivência direta possibilitou observar como o sofrimento psíquico se entrelaça com a resistência cultural e o cuidado coletivo em contextos de vulnerabilidade. A Psicologia, nesse contexto, permite compreender os impactos subjetivos dos desastres, identificando formas de sofrimento psíquico, estratégias de enfrentamento e necessidades de apoio emocional, enquanto atua para promover saúde mental, fortalecimento da resiliência e preservação da dignidade das pessoas afetadas. Por sua vez, a Antropologia contribui com a análise das práticas culturais, sociais e espirituais que estruturam a vida comunitária, permitindo compreender como saberes ancestrais, rituais e tradições influenciam a resposta coletiva frente à catástrofe.

O diálogo entre essas duas áreas do conhecimento é, portanto, fundamental para uma atuação que reconheça a complexidade das experiências quilombolas, articulando cuidado psicológico, compreensão cultural e valorização da autonomia comunitária. A partir dessa perspectiva, o trabalho propõe refletir sobre os impactos subjetivos e simbólicos do desastre e sobre de que forma a atuação profissional pode apoiar processos de reconstrução que respeitem os saberes, modos de vida e vínculos afetivos presentes na comunidade.

PSICOLOGIA SOCIAL CRÍTICA

A Psicologia Social Crítica emergiu entre o final da década de 1960 e o início da década de 1970, como resposta à chamada “crise da Psicologia Social”. Essa crise decorreu de questionamentos sobre os fundamentos do conhecimento científico tradicional, especialmente a crítica ao positivismo, que, em nome da objetividade, frequentemente negligenciava a complexidade da experiência humana (Lane, 1985). Parker e Shotter (1990) enfatizam que essa abordagem reconhece que as discussões teóricas são socialmente construídas, permitindo que os discursos adquiram voz própria e novos significados para as relações humanas. Diferente da Psicologia Social tradicional, que buscava explicar o comportamento humano a partir de perspectivas biológicas ou cognitivas (Almeida, 2012; Farr, 1999), a abordagem crítica compreende

que indivíduo e sociedade estão intrinsecamente relacionados: o sujeito é simultaneamente produto e produtor de sua história.

Nessa perspectiva, o sofrimento psíquico não é um fenômeno isolado, mas a expressão de contradições sociais, históricas e políticas. Para comunidades quilombolas, essa compreensão é particularmente relevante. Como integrante de uma comunidade quilombola e estudante de Psicologia, observei os impactos do desastre climático ocorrido em maio de 2024, que provocou isolamento, interrupção de serviços básicos e ameaça à continuidade da vida social e cultural. O sofrimento vivido pelas famílias extrapolou perdas materiais, abrangendo a ruptura de laços afetivos, a ameaça à identidade coletiva e a intensificação do medo e da insegurança diante do isolamento e da falta de comunicação com familiares e regiões vizinhas. Dentro desse contexto, a atuação de psicólogas/os exige uma escuta cuidadosa e sensível, capaz de compreender não apenas as perdas e danos tangíveis, mas também os significados subjetivos atribuídos pelos membros da comunidade. Essa escuta deve considerar os atravessamentos históricos, sociais e culturais presentes nas falas das pessoas, bem como a singularidade de uma comunidade quilombola com sua organização social e religiosa própria. A Psicologia Social Crítica, portanto, oferece um referencial teórico e metodológico que permite ao profissional atuar respeitando saberes, práticas, vínculos e espiritualidade, promovendo cuidado e fortalecimento da resistência coletiva. Assim, o psicólogo não atua apenas para aliviar o sofrimento individual, mas também para apoiar processos comunitários de reconstrução e preservação da identidade, contribuindo para a manutenção da coesão social e do bem-estar emocional frente a adversidades históricas e ambientais.

IMPACTOS DA CATÁSTROFE CLIMÁTICA E ISOLAMENTO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA SÃO ROQUE

Em setembro de 2023, a cidade de Arroio do Meio (RS) foi afetada por fortes cheias, com impactos significativos em diversas regiões. A comunidade São Roque, localizada em área elevada, teve acesso temporariamente limitado, mas não sofreu danos diretos. Em maio de 2024, chuvas intensas provocaram deslizamentos que atingiram a comunidade quilombola de São Roque. Houve movimentações de massa, e algumas superfícies terrestres apresentaram rachaduras e risco de desabamento.

Durante o período crítico, os moradores permaneceram isolados, sem acesso à energia elétrica, água potável e comunicação externa. Idosos, crianças e pessoas com comorbidades enfrentaram riscos consideráveis, enquanto a mobilização de apoio só ocorreu após dias de isolamento, com a intervenção do Exército e equipes voluntárias de saúde. Além dos impactos físicos, o episódio evidenciou vulnerabilidades históricas e estruturais enfrentadas pela comunidade. A população quilombola é majoritariamente negra, de baixa renda, vivendo em área rural de um município marcado por colonização alemã, contexto que reforça desigualdades sociais, racismo estrutural e marginalização histórica.

O impacto subjetivo do desastre foi intenso. O risco de perda do território ancestral gerou medo, insegurança e ameaça à identidade coletiva. A situação foi agravada pela impossibilidade de contato com familiares que residem em outras cidades, a ausência de notícias confiáveis sobre a extensão do desastre em outras regiões e a falta de comunicação externa. Esse isolamento informacional contribuiu para sentimentos de desespero, confusão e desorientação, intensificando o sofrimento psicológico e a sensação de abandono. A experiência evidencia como fatores sociais, históricos e ambientais se entrelaçam com o sofrimento psíquico. Nem todos os indivíduos vivenciam traumas da mesma forma, mas a conjunção de risco físico, ameaça territorial e isolamento comunicacional sobrecarregou a capacidade de elaboração psíquica da comunidade, tornando imprescindíveis mecanismos de descarga emocional, como fala, relato ou ritual simbólico (Albuquerque et al., 2018; Canavêz, 2015; Soler, 2021).

Durante a situação de enchente, em que as famílias ficaram isoladas, manteve-se evidente a solidariedade entre os moradores. Sem energia elétrica e água encanada, as famílias começaram a enfrentar a falta de mantimentos, velas para iluminação, água potável e até medicamentos controlados, - situação agravada pela presença de crianças, idosos e pessoas enfermas. Nesse contexto, os vizinhos se reuniram, e uma casa passou a acolher as demais, funcionando como ponto central para a partilha de recursos. A alimentação passou a ser compartilhada nesse local, considerado o mais seguro, e cada família contribuía com o que possuía, garantindo que todos tivessem acesso ao essencial. À noite, com recursos escassos, todos permaneciam juntos na mesma casa, economizando velas e fortalecendo o

sentimento de união. Antes das refeições, cada dia uma pessoa fazia a leitura da Bíblia, e todos buscavam, por meio da palavra e das rezas, compreender e aceitar a situação vivida, encontrando conforto espiritual e força emocional. Apesar de não dispor de muitos cômodos ou infraestrutura, o espaço acomodava colchões espalhados pelo chão e se tornou o abrigo coletivo da comunidade. Essa casa, além de ser mais segura, abrigava um idoso recém-operado, com pinos e parafusos na perna, que não conseguia se locomover. Diante dessa situação, os homens da comunidade construíram uma espécie de maca de madeira, preparada para transportar o idoso pela mata em caso de emergência.

O episódio vivido pela comunidade quilombola São Roque evidencia que os desastres climáticos não afetam apenas o espaço físico, mas também as estruturas emocionais, sociais e culturais do grupo. O isolamento, a falta de comunicação e a incerteza quanto ao futuro reforçaram a importância da solidariedade entre famílias, do compartilhamento de recursos e do apoio mútuo como estratégias de sobrevivência. A dimensão espiritual, expressa na leitura da Bíblia e nas rezas coletivas, atuou como elemento de consolação e fortalecimento comunitário, demonstrando que o enfrentamento do sofrimento psíquico em contextos de vulnerabilidade depende não apenas de intervenções externas, mas também da força das relações comunitárias, do compartilhamento de valores culturais e espirituais, e da manutenção de práticas que garantem identidade, pertencimento e proteção emocional.

RESISTÊNCIA CULTURAL E RELIGIOSIDADE QUILOMBOLA

A resistência quilombola está profundamente ligada ao território e às tradições culturais preservadas ao longo do tempo. A comunidade São Roque, localizada em área rural de Arroio do Meio, é formada por 17 famílias com fortes vínculos de parentesco, descendentes de Teobaldo, um escravo foragido de Moçambique. Segundo relatos colhidos pela autora durante visitas e rodas de conversa com os moradores, Teobaldo era reconhecido na comunidade por sua mediunidade e pelo conhecimento no uso de ervas medicinais, práticas que associava à proteção espiritual e ao cuidado da comunidade. Parte da história contada pelos familiares relata que, certo dia, Teobaldo caminhava pela mata cuidando de suas ervas quando encontrou uma cobra. Segundo a narrativa, o animal teria hipnotizado Teobaldo e

cuspido um papel contendo uma oração secreta. A partir desse momento, Teobaldo teria desenvolvido sua mediunidade, sendo reconhecido por suas habilidades espirituais e curativas, o que contribuiu para sua fama como curandeiro da época. Essa experiência mística reforçou a conexão de Teobaldo com práticas espirituais que mais tarde se consolidariam na tradição da umbanda dentro de sua família, transmitida de geração em geração, fortalecendo os vínculos culturais e espirituais do grupo.

A história da comunidade reflete processos históricos de luta e resiliência frente ao racismo estrutural e às desigualdades herdadas do período colonial (Moura, 1988; 1993; Almeida, 2019). A manutenção do território é fundamental para preservar a memória coletiva, os vínculos familiares e culturais, bem como práticas espirituais baseadas na mediunidade e no uso de ervas, que funcionam como estratégias de proteção e enfrentamento comunitário. Durante o período de isolamento provocado por uma catástrofe climática, os moradores se concentraram na casa de um familiar que se apresentava como o local mais seguro. Nesse espaço, compartilharam alimentação, rezas e orações, fortalecendo a fé e a coesão comunitária. O convívio intenso e a prática coletiva da espiritualidade reforçaram a importância da religião como suporte emocional e psicológico diante do trauma e da ameaça de perda territorial, demonstrando como a religiosidade pode funcionar como estratégia de resiliência e enfrentamento em momentos críticos.

A religiosidade, especialmente a umbanda, constitui um elemento central dessa resistência cultural. A umbanda surgiu no início do século XX no Brasil, principalmente em áreas urbanas de influência afro-brasileira, como uma síntese de elementos do catolicismo, do espiritismo kardecista e das tradições africanas trazidas pelos povos escravizados, incorporando também influências indígenas. A religião nasceu da necessidade de criar práticas espirituais que pudessem acolher a diversidade cultural do Brasil, reunindo mediunidade, proteção espiritual e formas de cuidado comunitário. No contexto da comunidade São Roque, a umbanda se manifesta por meio de rituais e saberes transmitidos oralmente, como no caso da descendência de Teobaldo, garantindo continuidade das práticas espirituais familiares e fortalecendo a coesão comunitária. Os orixás e entidades da umbanda — como Oxalá, Iemanjá, Oxum, Xangô, Ogum, Ossaim, Oxóssi, Omulu, Nanã e Ibeji, além de Caboclos, Pretos Velhos,

Exus, Pombagiras e Erês — estruturam um sistema simbólico e espiritual que reforça a memória coletiva, os valores éticos e a coesão social.

Ritos como giras, benzimentos, passes e pontos riscados fortalecem a resiliência comunitária, oferecendo estratégias de enfrentamento para traumas históricos e sociais (Paloutzian, 1996). Manter a umbanda e os rituais ligados ao território não é apenas um ato cultural, mas também psicológico: garante proteção emocional, preserva identidade e fortalece a saúde mental coletiva diante de adversidades, reforçando a importância da resistência cultural e da espiritualidade para a sobrevivência e continuidade da comunidade quilombola. A experiência vivida durante o isolamento evidencia que a prática religiosa e o compartilhamento de cuidados cotidianos atuam como mecanismos concretos de enfrentamento do sofrimento psíquico e de preservação da dignidade comunitária. A partir da escuta sensível e das narrativas compartilhadas pelos moradores durante o trabalho de campo, a autora elaborou a poesia “Pertencimento”, como forma de traduzir, em linguagem poética, a profundidade das relações afetivas, espirituais e territoriais que sustentam a resistência cultural da comunidade quilombola de São Roque:

“Pertencimento”

Quantas lutas e batalhas,
mesmo que invisíveis,
foram traçadas até aqui
para a chegada de um laudo
nos fazer desistir.
Sair do território e nos perdermos,
cairmos no esquecimento,
na cidade grande
nunca sentiremos pertencimento.
As plantas,
as árvores,
nossos animais,

a religião,
a cultura,
os vizinhos,
as crianças livres
andando de pé no chão.
Na Páscoa, o milho
para a canjica, ainda socado no pilão;
a paçoca para a Sexta-feira Santa
é também nossa tradição.
A colheita de Marcela
pela manhã,
ainda na serração,
a passagem pelas casas dos mais velhos,
pedindo perdão.
Se sairmos daqui,
tudo se perderia então.
Como esse novo normal seria?
As nossas plantas e árvores medicinais,
para cobreiros e quebranto,
as benzeduras
para torções e dor de estômago —
aqui, no quilombo,
não necessitam de medicamentos para cura.
O baralho que a sorte lê,
o passe para descarrego,
para as demandas vencer.
Não sei quanto tempo vou viver,
se em minha terra não puder mais permanecer.

— Gisele Aparecida da Silva, “Pertencimento”, 2025.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência relatada evidencia que os desastres ambientais não afetam apenas o espaço físico das comunidades, mas também intensificam vulnerabilidades históricas e estruturais já presentes. No caso da comunidade quilombola analisada, o sofrimento psíquico não se restringiu à dimensão individual, mas esteve profundamente ligado à ameaça de perda do território — entendido como espaço de vida, memória, identidade e fé. Esse aspecto reforça a visão da Psicologia Social Crítica, que considera o indivíduo inseparável do contexto social e histórico em que está inserido. A resistência cultural e religiosa emergiu como uma estratégia fundamental de enfrentamento diante da adversidade. Práticas da umbanda, saberes tradicionais sobre plantas medicinais, solidariedade familiar e comunitária mostraram-se instrumentos de preservação da dignidade, identidade e coesão social. A manutenção desses laços e práticas revelou-se essencial para a resiliência coletiva e para a proteção da saúde mental frente a traumas decorrentes de desastres naturais e da marginalização histórica.

O estudo também evidencia a importância do diálogo entre Psicologia e Antropologia. A compreensão dos impactos subjetivos, simbólicos e históricos dos desastres ambientais exige abordagens interdisciplinares, capazes de valorizar os saberes ancestrais e promover formas de cuidado que respeitem a autonomia comunitária. A interpretação desses fenômenos à luz de múltiplas disciplinas permite uma análise mais completa das dimensões sociais, culturais e espirituais que estruturam a experiência das populações tradicionais. Por fim, reforça-se a necessidade de políticas públicas interdisciplinares que reconheçam a especificidade das comunidades quilombolas. Processos de reconstrução territorial e de atenção social devem respeitar a memória, os vínculos e as práticas culturais dessas comunidades, evitando medidas que perpetuem desigualdades ou ameacem sua identidade coletiva. A experiência vivida demonstra que uma Psicologia comprometida com a justiça social deve atuar em consonância com a preservação da história e da

resistência dos povos tradicionais, promovendo saúde, dignidade e cidadania, ao mesmo tempo em que respeita a autonomia e os saberes locais.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M. et al. **Trauma na visão da psicanálise**. 2018. 22 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia). UNIVAG, Várzea Grande, Mato Grosso, 2018.

ALMEIDA, L. P. Para uma caracterização da Psicologia Social Brasileira. **Psicologia: Ciência e Profissão**, São Paulo, v. 32, n. spe, p. 124-137, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v32nsp/v32speca09.pdf>. Acesso em: 27 out. 2025.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

CANAVÊZ, F. O trauma em tempos de vítimas. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 39–50, jan. 2015.

FARR, R. M. **As raízes da psicologia social moderna**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

LANE, S. T. M. **A Psicologia Social Crítica**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MOURA, C. **Rebeliões da senzala: quilombos, insurreição, guerrilhas**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

MOURA, C. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1993.

PALOUTZIAN, R. F. **Invitation to the Psychology of Religion**. 2. ed. Boston: Allyn & Bacon, 1996.

PARKER, I.; SHOTTER, J. (Orgs.). **Deconstructing Social Psychology**. London: Routledge, 1990.

SOARES, M. R. P. et al. Quilombos e pandemia: a luta pela vida é histórica e carece de nossa solidariedade. In: CARVALHO, C. C.; SOARES, M. R. P.; OLIVEIRA, T. C. (orgs.). **Amefricanas: Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-Brasileiras (NEAB)**, Universidade Federal Fluminense, Niterói, ano 1, v. 1, n. 1, p. 63-69, 2021.

SOLER, C. **De um Trauma ao Outro**. São Paulo: Blucher, 2021. 120 p.